

GESTÃO SOCIAL – INTERFACES E REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVAS (OSFL)

SOCIAL MANAGEMENT - INTERFACES AND REFLECTIONS IN EDUCATION AND ITS RELATIONSHIP IN NON-PROFIT ORGANIZATIONS (OSFL)

por Adriana Batista Rangel Camacho¹

RESUMO

O presente artigo aborda o tema Gestão Social, conceitos e referências, com o objetivo compreender suas interfaces e relação junto às organizações filantrópicas certificadas pelo CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) com atuação na área da educação. Este tema se introduziu na sociedade brasileira na conjuntura marcada pelo ideário neoliberal, em meio ao processo da globalização econômica e seus rebatimentos junto à Educação. Adotaremos estudo exploratório e uma revisão e análise narrativa de bibliografia, a partir da interlocução com diversificadas áreas de conhecimentos. Intenciona-se, ampliar o referencial técnico científico com um paralelo teórico dos pressupostos conceituais e hipóteses, a partir da análise Gestão Social e seus rebatimentos, nas Organizações Filantrópicas atuantes na área da educação e do Certificado CEBAS Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social).

Palavras-Chave: Gestão Social; Educação; Organizações Filantrópicas

ABSTRACT

This article addresses the topic of Social Management, concepts and references, with the aim of understanding its interfaces and relationship with philanthropic organizations certified by CEBAS (Certificate of Beneficent Entity for Social Assistance) working in the field of education. This theme was introduced in Brazilian society in the context marked by neoliberal ideals, in the midst of the process of economic globalization and its repercussions with Education. We will adopt an exploratory study and a review and narrative analysis of bibliography, based on the dialogue with diverse areas of knowledge. It is intended to expand the technical scientific framework with a theoretical parallel of conceptual assumptions and hypotheses, from the analysis of Social Management and its repercussions, in Philanthropic Organizations operating in the field of education and the CEBAS Certificate of Beneficent Social Assistance Entity Certificate).

Key words: Social Management; Education; Philanthropic Organizations

1. INTRODUÇÃO

O tema Gestão Social tem despertado inquietudes em minha atividade profissional como Assistente Social atuando em uma organização sem fins lucrativos (OSFL) que possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, na área da educação privada, desperta assim a perspectiva em construir uma investigação teórica em compreender suas interfaces a relação e os processos propostos pelo campo da Gestão Social para o gerenciamento de projetos entre às organizações do Terceiro Setor na educação.

A relevância do projeto agora reaparece como objeto no contexto da conclusão formação da Pós Graduação em MBA Planejamento e Gestão Social e por não terem sido encontrados estudos prévios que contemplem um estudo teórico acerca da temática de forma específica sobre a utilização da ferramenta de Gestão Social nas organizações filantrópicas certificadas (no Rio de Janeiro bairro de Higienópolis) pelo CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) com base na Portaria Normativa nº 15/2017, de 11 de agosto de 2017 com atuação na área da educação privada.

Inicialmente a pesquisa científica tem por objetivo produzir conhecimento, e contribuir para

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998), Pós Graduada em Direito e em MBA Planejamento e Gestão Social pela FACEC (2020). *Email:* dricacamachonns@gmail.com



uma melhor condição de vida da sociedade, além disto a pesquisa deve ter relevância para a população. As pesquisas na área das Ciências Sociais têm o social como locus principal onde podemos utilizar métodos quantitativos e/ou qualitativos, outro importante elemento de construção científica é o contexto histórico durante o trabalho.

“Significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado. (MINAYO, 2004, p.20)”.

A partir desta referencialidade, identificamos que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a própria grandiosidade da vida em sociedade com sentidos de ricos detalhes. Esta realidade que fundamenta muitas vezes mais que teorias, pensamentos e discursos por sua forma natural traz as ciências bases de muitas realidades. Assim as Ciências Sociais tem seus instrumentos e teorias uma aproximação com as vivências humanas das sociedades um aglomerado de experiências a serem estudados em suas estruturas, processos e significados e suas representações marcando a essência da especificidade qualitativa das ciências sociais e da metodologia neste trabalho.

Destacamos também com pesquisadores a necessidade de uma identidade “entre o sujeito e o objeto de investigação” (MINAYO, 2004, p.21), entendendo que o tema deve provocar a produção ao conhecimento buscará uma leitura interpretativa dos dados estatísticos como recursos ao acesso disponíveis nos Censos Oficiais, nas pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios – PNADs -, nos levantamentos efetuados pelos Estados e Municípios por suas secretarias e órgãos técnicos.

Nesse contexto, a investigação científica constitui uma dimensão da prática e uma exigência fundamental para a construção de um corpo teórico-metodológico que vem atender às novas exigências da atuação profissional.

Quanto à metodologia esta pesquisa pode ser classificada, quanto aos fins, como exploratória e metodológica. Exploratória por não haver estudos prévios que contemplem a compreender as interfaces e a relação entre o Planejamento e a Gestão Social junto às organizações filantrópicas certificadas pelo CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) com atuação na área da educação. Metodológica porque ela traz como resultado, do trabalho de conclusão de curso, um método para ser aplicado na análise do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e o papel do Gestor Social e os seus rebatimentos identificando assim no campo da educação em organizações filantrópicas os efeitos atribuídos junto às ações educacionais a partir dos processos propostos pela gestão social nas Organizações Filantrópicas atuantes na área da educação privada.

Em relação aos meios, a pesquisa é: documental, consultando web sites, anuários, censos e a legislação vigente; é básica estratégica onde teremos a possibilidade de produzir um conhecimento útil para que possa ser eventualmente, utilizado em estudos práticos; é bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, Internet, dentre outros, pela leitura em fontes de referência sobre o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e sobre indicadores da dimensão institucional do papel do Gestor Social; e a pesquisa de campo com a técnica de investigação a observação participante, na coleta de dados observações.



Por fim abordaremos nesta pesquisa de forma teórica qualitativa considerando que existe uma relação entre o mundo e o sujeito além daquela traduzida em números. Para essa abordagem de pesquisa, trataremos as subjetividades e nuances que não são quantificáveis por si só, onde faremos assim a análise das informações coletadas que se caracterizarem por atribuir interpretações de natureza subjetiva. Inserida no conjunto das metodologias denominadas de qualitativas, a Observação Participante é utilizada em estudos ditos exploratórios, descritivos, etnográficos ou, ainda, estudos que visam à generalização de teorias interpretativas.

2. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E O NEOLIBERALISMO

Na perspectiva de uma contextualização teórica no qual o tema se introduziu na sociedade brasileira no ideário neoliberal em meio ao processo da globalização econômica e seus rebatimentos junto à Educação e o Terceiro Setor debate recente nas organizações sociais por isso a importância em diligenciar as referências que vêm sendo construídas e dando sustentação a este campo temático.

Em uma sociedade gerenciada pelo capitalismo ideário neoliberal em meio ao processo da globalização econômica, em uma crise pelas taxas de lucro tenta manter sua hegemonia buscando novas formas de controle que acabam rebatendo de forma desigual nas relações sociais influenciando na educação.

Neste cenário de constante crise a Educação, o Terceiro Setor, as Organizações Sociais, vivenciam os rebatimentos trazidos pela acumulação através da expropriação do trabalho da extração da mais-valia e da manutenção da propriedade privada dos meios de produção mantendo assim uma sociedade dividida em classes sociais de um lado o controle do Estado e detentores dos meios de produção, do outro, as classes subalternas apenas com sua força de trabalho submetida à exploração e controle pelo trabalho.

Como o que motiva a produção capitalista é a acumulação de capital, na busca do lucro crescente, as necessidades sociais transformam-se em mera mediação para a realização da acumulação, deixando de ser a finalidade orientadora do uso dos recursos naturais, humanos e tecnológicos alocados na produção capitalista.

O pensador húngaro István Mészáros, designado o principal intelectual marxista da atualidade relata que o modo de produção capitalista é pautado na busca incessante e crescente do lucro que determina uma alteração radical entre a produção para a satisfação das necessidades humanas e a produção para auto-reprodução do capital. A maneira como o sistema capitalista opera hoje, sob o domínio do capital financeiro destrutivo e com apoio de poderosos governos, está nos levando à destruição. “Temos que nos opor fundamentalmente a isso”.

Para Mészáros (2007) o motor do desenvolvimento que sustentava a superioridade do capitalismo sobre os outros modos de produção, o conceito de “destruição produtiva” criado pelos economistas neoliberais, sofreu uma mudança estrutural que o deixou do avesso. Atualmente, o sistema capitalista avança por meio de uma “produção destrutiva”.

O Brasil nas últimas décadas no ideário neoliberal estruturou-se através de profundas mudanças passando por uma sucessão de governos e dinâmica macroeconômica instável, marcados por quatro dimensões estruturais, a relação capital/trabalho; a relação entre as distintas frações do capital; a inserção internacional (econômico-financeira) do país e a estrutura e o funcionamento do Estado.

O neoliberalismo surge, nessa conjuntura, como estratégia para salvar a economia capitalista no período da crise da década de 1970 (RODRIGUES, 2017). No tocante ao neoliberalismo, Moura et al. (2019, p. 02-03) salientam:

As mudanças nos processos de produção capitalista são constantes e atravessam fases cíclicas que alternam entre declínio e ascensão do sistema. No bojo dessas mudanças, vimos emergir a ideologia neoliberal que traz a prerrogativa do Estado-mínimo, ou seja, a baixa atuação do poder público para as demandas sociais, controle dos gastos públicos, desregulamentação dos direitos trabalhistas, reformas fiscais e investimentos para tornar a economia forte e promover o equilíbrio monetário.

Podemos dizer então que o neoliberalismo consiste, portanto, em uma reinvenção contemporânea do capitalismo. Contribuindo com esta perspectiva, Nozaki e Andrade (2011) reafirmam que o neoliberalismo é uma

(...) tentativa de salvar a essência do sistema que é a exploração e expropriação do trabalho, novas ideologias e receitas políticas, econômicas e sociais são postas à prova. Surgem, portanto, as orientações orquestradas pelas classes dominantes e seus sustentáculos na classe política, grande mídia e instituições do próprio Estado de Direito (NOZAKI; ANDRADE, 2011, p. 137).

Identificamos assim, o neoliberalismo como uma estratégia de dominação da classe burguesa que desemboca em relações econômicas, sociais e ideológicas. O cenário neoliberal com seus avanços tecnológicos em sua fase de globalização tem gerado transformações profundas ao mundo do trabalho caracterizado pela polivalência e flexibilização levando a cada dia mais a extração do lucro, do consumo e da competição.

Entendemos assim que o sistema capitalista em seu processo de globalização amparado pelo modelo neoliberal tem levado as relações humanas ao colapso de terem se representado nas dificuldades das relações sociais onde o trabalho como atividade especificamente humana tem sua dupla dimensão: ontológica, ou seja, de criação da vida humana e histórica, pois é um processo e sua forma de organização em uma sociedade traz transformações sociais específicas.

Desta forma, o trabalho é uma forma de fazer o homem pensar, portanto tem um princípio educativo. Mas na forma social do capitalismo o trabalho tornou-se mercadoria e o trabalhador não é dono do produto do seu trabalho, ou seja, na sociedade capitalista o trabalhador realiza um trabalho alienado reforçando assim o sentido da adaptação e impõe limites à discussão emancipatória da educação reforça o sentido da adaptação e impõe limites à discussão emancipatória da educação.

Na atualidade essa dimensão alienante é intensificada e amparada pelo neoliberalismo vinculado ao processo de globalização fazendo com que a educação passe a ser moldada pelas leis do mercado, transformando em instrumento de formação de trabalhadores que atendam às exigências



do mercado capitalista, neoliberal, global. A educação enquanto prática social tem sido submetida aos interesses do capitalismo e ao Estado este por sua vez, também sob a dominação e regido pelo capital, instância de poder político em uma sociedade de classes que controla o Estado além das suas instituições permanentes.

O Estado, ao restringir a transferência de recursos para a manutenção das instituições públicas, induziu-as a buscar fontes alternativas de financiamento no setor privado, a adotar medidas administrativas de cunho privatizante e a demonstrar comportamentos adaptativos aos ditames do mercado. Assim, torna-se cada vez mais frequente, no interior dessas instituições, a constituição de parcerias, convênios e contratos, que objetivam, principalmente, a captação de financiamento privado.

Mészáros em seu livro “A Educação para Além do Capital” (MÉSZÁROS, 2008) sustenta que “a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação”. Defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. Para ele, uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por transformação radical do atual modelo econômico e político hegemônico.

Deixando mensagem clara que devemos romper com a lógica do capital se quisermos construir uma alternativa educacional diferente. Afirma que existem saídas para a globalização capitalista “educar não é mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.” (MÉSZÁROS, 2008) Tal afirmação em sua obra faz todo sentido para entendermos a educação para além do capital, o que implica refletir sobre a sociedade em que vivemos.

A História da Educação no Brasil se iniciou com a chegada dos padres jesuítas responsáveis pela base educacional desenvolvendo sistema educacional que marcou a educação brasileira porém neste artigo não tem a proposta trazer uma reflexão teórica acerca da evolução histórica da educação no Brasil o destaque deste projeto ressaltar como a ideologia neoliberal vem refletindo na dinâmica educacional e trazendo interferências no desenvolvimento das políticas de educação.

Sendo assim é possível refletir que a história de uma educação está sempre em construção no Brasil identificadas por marcas profundas de exclusão social, econômica e cultural, de uma classe menos favorecida; uma educação sem investimentos e oportunidades a essa parcela da população e sob o domínio de organismos nacionais e internacionais que direcionam os rumos da educação brasileira para uma ação mercantilista. Mas também é possível pensar que uma educação diferenciada, participativa e de qualidade será construída com o compromisso ético, com a paixão em socializar conhecimentos, a criatividade e a dinamicidade na construção do conhecimento pelos educadores.

Em geral as políticas sociais estão interligadas às crises do modo capitalista e a constituição da sociedade burguesa em produzir e reproduzir este modelo no Brasil à maioria das vezes ligados

a assistência, filantropia, benesse onde o Estado intervém em questões sociais por meio de medidas seletivas como o objetivo de manter em primeiro lugar a ordem social.

Percebemos assim que às políticas educacionais, mesmo com o avanço depois da reforma Constitucional de 1988, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/905 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei Federal 9394/96, a política educacional e os programas existentes permanecem a dificuldades em atender as demandas e em garantir o direito à educação prevista nas leis brasileiras. A Constituição Federal de 1988, promulgada após amplo movimento de redemocratização do País, marca um novo período. Ampliam-se as responsabilidades do Poder Público e da sociedade em geral para com a educação, a partir das novas demandas do mundo moderno e globalizado, em atendimento ao ideário neoliberal.

As políticas públicas alusivas às questões educacionais constituem, por sua vez, em uma ação política de dominação, fator que acentua a estratificação social e reconstrói a hegemonia de classes. Quanto a isso, Azevedo (2001) adverte: tais políticas possuem um caráter de dominação que se expressa nas práticas sociais, nos contextos de relações sociais plasmadas pelas assimetrias, exclusão e desigualdades que se concretizam no plano social.

Marcando assim depois da Constituição de 1988 uma nova ordem política social quando em seus princípios e diretrizes a descentralização político-administrativa vem permitir à sociedade o direito de formular e de controlar as políticas assumindo assim novos contornos entre educadores que buscam o compromisso de socializar, e construir novos conhecimentos configurando uma nova roupagem entre Estado e sociedade civil.

Nesta perspectiva consideramos que não há novidade na relação entre Estado, sociedade civil e mercado que se revelam no ideário democrático burguês, dentro desta conexão a crescente contradição entre as promessas de condições dignas a todos os cidadãos, e a crescente desigualdade social como o aumento da pobreza, desemprego estrutural e a violência, onde o acesso à educação assume o papel e a solução como elemento propulsor para a tão sonhada ampliação da igualdade e liberdade a todos.

Por fim, o art. 227 da Constituição Federal de 1988 determina que seja dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação e outros diversos direitos. Cunha realiza uma análise acerca deste assunto.

No texto constitucional ficou patente logo no primeiro artigo que trata da educação (art. 205), que diz ser a educação direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Esta posição vem reforçada por outra que determina seja o ensino ministrado com base no princípio de ‘pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas’, na ‘coexistência de instituições públicas e privadas’ (art. 206, III). Com isso, atenuou-se o dever do estado para com a educação, embora ele venha a ser responsabilizado por providências que a viabilizem, como veremos. No lugar do Estado, ou ao seu lado aparece a família e a sociedade, formas eufemísticas sob as quais os ideólogos do “centrão” ocultaram o nome das sociedades que realmente lhes interessavam as sociedades comerciais e as sociedades religiosas, - em suma, o privatismo educacional (CUNHA, 2001, p. 445).

Contudo, identificamos uma forma de articulação política que veicula o desmonte sutil do sistema público de educação. A política neoliberal vem desvinculando culturalmente o direito à



educação como um direito social, deslocando assim como direito socialmente garantido, dando a entendê-los como se os direitos sociais em todos os aspectos não fossem reconhecidos como direitos verdadeiros, uma vez que enfatizam apenas os chamados direitos individuais.

3. O TERCEIRO SETOR, ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS, CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS) NA EDUCAÇÃO.

Diante do que foi exposto no tópico anterior faremos uma análise acerca das interferências da política neoliberal na Educação no Terceiro Setor e suas interfaces e rebatimentos nas Organizações Filantrópicas atuantes na área da educação e do Certificado CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social).

Ao versar sobre o Estado liberal burguês em “liberdade e igualdade a todos” busca pela via da educação a resolver os impasses entre a sua própria natureza excludente na proposta que contornar os problemas oriundos da luta entre as classes com interesses antagônicos em função do capital e do lucro, adversários a emancipação das classes populares desfavorecidas economicamente. Nesta perspectiva, o liberalismo ou neoliberalismo determina a democracia como instrumento eficaz na consolidação dos direitos dos cidadãos onde a educação neste contexto de contradições se constitui em fator de monopólio de massa, contribuindo para a estratificação social ao se predeterminada pela classe dominante, desmobilizando o homem e impedindo sua emancipação.

Retratar a educação como prática social requer entender a base de sustentação seus determinantes sociopolíticos em particular as contradições oriundas do neoliberalismo e suas implicações. Atualmente no Brasil tratar das inadequações das políticas públicas que envolvem a educação como área estratégica de manipulação das massas e de mantenedora da hegemonia da classe dominante, significa entender de forma abrangente de investigação da lógica do Estado mínimo, globalização e livre mercado.

Uma das respostas para melhorar as condições do mercado foi à introdução da concepção do “Terceiro Setor”, considerado como o ator necessário para dar resposta às situações sociais que o Estado não poderia fazer baixo um discurso de “ineficiência”, com um fundo ideológico político forte na concepção do Estado “mínimo” e o traslado de responsabilidades deste à sociedade civil. Desta maneira coloca-se a Responsabilidade Social como uma das manifestações do “Terceiro Setor”. Segundo Alvarado e Vásquez (2016, p. 04-05) o conceito de “Estado mínimo” em a procurar o livre mercado, para Montaña :

“Este Estado “mínimo”, pelo tanto, corresponderia a uma sociedade civil “máxima”. O Estado coincidiria com a livre interação entre indivíduos, que sem as pressões de classes, escolheriam aquele que lhes interessaria como individualidades: o individualismo passa a ser a chave da reprodução da ordem democrática”.(ALVARADO; VÁSQUEZ, 2016, p. 04-05)

Segundo Carlos Montaña, em seu livro Terceiro Setor e Questão Social, relatam as complexidades da política neoliberal no campo social onde o Estado ao invés de garantir direitos sociais

construindo uma rede de proteção social retrocede com uma concepção de modelo de bem-estar pertencente ao âmbito privado, ou seja, sendo papel da família, da comunidade, das instituições filantrópicas, instituições religiosas responsáveis por uma rede de proteção aos mais pobres. De acordo com Alvarado e Vásquez (2016, p.05), Montaña :

“A versão mais “sofisticada” dessa concepção, é o chamado “Terceiro Setor”, dominado pelas organizações não governamentais, devidamente sustentadas por recursos públicos, na medida em que a maioria dessas organizações é financiada pelos governos” (ALVARADO; VÁSQUEZ ,2016, p.05)

Nessa perspectiva, o “Terceiro Setor” para Montaña (2003,p 228) :

“uma estratégia que cumpre um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, neste caso promovendo a reversão dos direitos de cidadania, de serviços sociais, políticas sociais e assistenciais universais não contratualistas e de qualidade, desenvolvida pelo Estado e financiada por um sistema de solidariedade universal obrigatório.” (Montaña, 2003,p228)

Nos últimos anos o Terceiro Setor vem atribuindo funções salvacionistas a um conjunto (em constante crescimento) de entidades, conhecidas pela sigla, em língua portuguesa, ONG ou Organização Não Governamental. Montaña procura identificar o cerne do debate dominante, identificando pressupostos e promessas que conformam os discursos sobre o tal Terceiro Setor. Para isso, destaco um dos três eixos de análise: a noção hegemônica, em que debate a procedência e as debilidades do conceito; relatando a indefinição do conceito e a sua heterogeneidade.

A expressão terceiro setor é resultado de uma divisão criada pelos Estados Unidos, em que o primeiro setor é constituído pelo Estado, o segundo setor pelos entes privados que buscam fins lucrativos, e o terceiro setor que é formado pelas organizações privadas sem fins lucrativos prestadoras de serviços públicos (popularmente chamadas de ONGs). Embora o termo terceiro setor seja o mais utilizado no Brasil, é importante ressaltar que essa divisão pode transmitir uma ideia equivocada, a de que o primeiro setor teria mais importância que o segundo, e o segundo mais do que o terceiro. O terceiro setor é o conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade, por organizações privadas não governamentais e sem o objetivo de lucro, independentemente dos demais setores (Estado e mercado).

Em direção similar, a dificuldade em conceituar o Terceiro Setor devido à heterogeneidade das organizações que o compõem, e às divergências e contradições que o envolvem. Maria da Glória Marcondes Gohn retrata de forma perspicaz essa situação ao elaborar a seguinte caracterização do Terceiro Setor:

“o terceiro setor é um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania. (...) O novo associativismo do terceiro

setor tem estabelecido relações contraditórias com o ‘antigo’ associativismo advindo dos movimentos sociais populares (na maioria urbana) dos anos 70 e 80. (2000, p. 60, 74).”

Dentro desta diversidade é um mar de conceitos sobre o termo Terceiro Setor, são Organizações sem fins lucrativos de interesse social (público ou coletivo), genericamente: não é Estado nem mercado, ONG significa Organização Não Governamental, não corresponde a uma natureza jurídica. A ONG é popularmente entendida como entidade do Terceiro Setor que trabalha com ações de interesse público não vinculado ao governo, o termo é utilizado para identificar entidades privadas sem fins lucrativos que existem sob as formas jurídicas de associação ou fundação.

Da mesma forma, o termo Entidade Filantrópica caracteriza pessoa jurídica sem fins lucrativos, que presta serviços à sociedade, principalmente às pessoas mais carentes, e que não possui como finalidade a obtenção de lucro com objetivo de assistir à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, promovendo ainda a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e integração ao mercado do trabalho. Para ser reconhecida como filantrópica pelos órgãos públicos, a entidade precisa comprovar ter desenvolvido, no mínimo pelo período de três anos, atividades em prol aos mais desprovidos, sem distribuir lucros e sem remunerar seus dirigentes. Os títulos que terá de conquistar para ser reconhecida como filantrópica pelo Estado são: Declaração de Utilidade Pública (federal, estadual ou municipal) e o de Entidade Beneficente de Assistência Social, adquirido no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

As organizações sem fins lucrativos, que compõem o Terceiro Setor, e que estejam juridicamente constituídas, podem pleitear alguns títulos e qualificações, junto ao Poder Público, cumpridos alguns requisitos exigidos em lei.

Em 2016, com a entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019/14, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC ficou em evidência uma nova denominação para as entidades privadas sem fins lucrativos que celebram parcerias com o poder público: Organizações da Sociedade Civil – OSC, bem como a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 estabeleceu, de forma pioneira, um novo disciplinamento jurídico às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que compõem o Terceiro Setor, ao conferir-lhes a possibilidade de serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs e poderem com ele relacionar-se por meio de parceria. A OSCIP também é uma qualificação concedida pelo Ministério da Justiça.

Portanto no âmbito federal, as entidades podem obter os seguintes títulos: a) Título de Utilidade Pública Federal; b) Organizações Sociais (OSs) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Pública (OSCIP), d) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), assim definida:

O Título de Utilidade Pública Federal é o mais antigo: foi criado pela Lei n. 91, de 28 de agosto de 1935, e, mais tarde, foi prevista também na Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1994. A solicitação deve ser feita ao Ministério da Justiça, na divisão de Outorgas e Títulos e caso o pedido seja deferido, será publicado Decreto no Diário Oficial da União. Além do federal, o Título de Utilidade

64 | GESTÃO SOCIAL – INTERFACES E REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVAS (OSFL)

Pública também é concedido nos âmbitos estadual e municipal, podendo uma organização sem fins lucrativos pleiteá-lo nas três esferas.

Organizações Sociais (OS): Pessoas jurídicas de direito privado, cuja qualificação é discricionária por parte do Poder e o vínculo delas com a Administração são formalizados através de Contrato de Gestão, o que significa que a qualquer momento pode-se proceder à desqualificação da entidade como organização social.

Organizações da Sociedade Civil do Interesse Público (OSCIP): Pessoas jurídicas de direito privado, cuja qualificação é vinculada por parte do Poder Público e o vínculo delas com a Administração são formalizados através de termo de parceria, o que significa que para proceder à desqualificação da entidade como organização da sociedade civil de interesse público, é necessário Processo Administrativo.

O CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é o antigo CEFF – Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e é concedido pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Podem requerer o CEBAS as entidades que atuem nas seguintes áreas: a) promoção da proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) amparo a crianças e adolescentes carentes; c) promoção de ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências; d) promoção gratuita da assistência educacional ou de saúde; e) promoção da integração ao mercado de trabalho; f) promoção do desenvolvimento da cultura; g) promoção do atendimento e do assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a defesa dos seus direitos.

A Portaria Normativa nº 15/2017, de 11 de agosto de 2017 dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área da educação. O Ministério da Educação publicou a Portaria Normativa nº 15/2017, que regulamenta a certificação de entidades beneficentes de assistência social (Cebas) para a concessão de bolsas parciais e integrais na área de educação básica ou superior. O objetivo da portaria é contribuir de maneira efetiva para a inclusão social, além de trazer maior transparência para o processo de concessão de bolsas pelas entidades beneficentes.

A portaria estabelece a adequação às metas e estratégias constantes no Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, as entidades que possuem a certificação precisam conceder bolsas de estudo integrais ou parciais de 50% para atingir a proporção de um aluno bolsista integral para cada cinco pagantes, podendo ainda dar benefícios complementares, como alimentação, transporte, material didático, moradia e uniforme.

Para a aferição do atendimento ao critério socioeconômico definido na Lei n.º 12.101, de 2009, considerar-se-á a renda familiar bruta mensal per capita. Outro ponto definido é que as entidades poderão conceder bolsas integrais, nos casos em que a renda familiar bruta mensal per capita do bolsista não exceda um salário mínimo e meio; ou parciais de 50%, nos casos em que a renda familiar bruta mensal per capita não supere três salários mínimos.

Em contrapartida as instituições com o certificado terão a isenção do pagamento das contribuições sociais incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos seus empregados e trabalhadores



avulsos e receberão transferências de recursos governamentais a título de subvenções sociais, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Isso porque o Cebas é um dos documentos exigidos pela Receita Federal para que as entidades tenham isenção da cota patronal das contribuições.

Em concordância com as diretrizes do Plano Nacional da Educação (PNE), por meio da parceria com as entidades certificadas, constroem assim uma grande “rede” de parceiros e colaboradores onde as instituições de ensino mantidas pelas entidades beneficentes de assistência social constituem o lócus de geração de valor público, integrando a rede de proteção social, de que são incumbidos os demais órgãos certificadores CEBAS: Ministérios da Saúde; do Desenvolvimento Social, e outros atores relacionados à política, tais como o Ministério da Fazenda, a Casa Civil da Presidência da República, as Associações representativas das entidades, entre outros.

Com tudo nesta perspectiva o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) Educação, traz um conceito de Rede de Proteção Social dentro do atual cenário das políticas educacionais, contribui de para o processo de inclusão social no país, constituindo-se em uma política pública de fomento ao acesso dos estudantes à escola, a partir da garantia de oferta de bolsas integrais ou parciais aos estudantes de Educação Básica ou Educação Superior constituindo-se em uma política pública de acesso além de atuar como uma política social, também se caracteriza como política educacional.

4. GESTÕES SOCIAIS CONCEITOS E REFERÊNCIAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS EM INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS NAS AÇÕES EDUCACIONAIS

Exposto os contextos e paradigmas que permearam a relações na construção temática faremos uma reflexão teórica sobre o papel da Gestão Social seus conceitos e referências nas organizações filantrópicas com atuação na área da educação.

Ao abordarmos o tema Gestão Social pretendemos trazer uma contribuição acerca das suas características que delimitaram a construção inicial do seu significado que não se esgota nesta reflexão uma vez que o campo ainda está em constante construção e não foram encontradas na bibliografia pesquisada as origens da terminologia gestão social. Desta forma buscamos o referencial teórico a partir de cinco principais autores das áreas da Sociologia, da Economia, da Administração e do Serviço Social o que nos proporcionou uma abordagem diversificada e interdisciplinar. Nossa aproximação deu-se com Tenório (1998), Carvalho (1999), Singer (1999), Dowbor (1999) e Fischer (2002), orientada pela análise de conteúdo.

Um referencial teórico sobre Gestão Social um dos primeiros contatos foi os textos de Tenório, que desde 1990 está à frente do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“O tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo. No Pegs, entretanto, o conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. O adjetivo

social qualificando o substantivo gestão é percebido como o espaço privilegiado de relações sociais onde todos têm direito à fala, sem nenhum tipo de coação. Desde sua criação, suas atividades vêm se expandindo e orientando suas ações a partir dos seguintes pares de palavras-categorias: Estado - sociedade, capital-trabalho e mercado sociedade, assim como gestão estratégica, gestão social e cidadania deliberativa.” (TENÓRIO, 2006, p.2).

A construção do termo Gestão Social ainda encontra-se em desenvolvimento no Brasil vem se consolidando enquanto prática sem ainda um consenso sobre o seu conceito Tenório (2008) aponta que a que a gestão social tem sido mais associada à gestão de políticas sociais ou até ambientais, “[...] do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo” (Tenório (2008a, p.158).

Nesta perspectiva, o autor propõe que a cidadania deliberativa como mediadora para entendermos o conceito de gestão social, para o autor “[...] **cidadania deliberativa** significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2008, grifos do autor). A cidadania deliberativa “[...] faz jus à multiplicidade de formas de comunicação [...]” e “[...] une os cidadãos em torno de um auto entendimento ético” (TENÓRIO, 2008b, p.167).

Assim, para Tenório (2008) a gestão social é entendida como processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que pode ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais).

Dentro desta perspectiva Tenório (2008) relata em “um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado” faz uma reflexão sobre em qual égide estaria trabalhando o Terceiro Setor sob a égide da gestão estratégica ou da gestão social percebida através de leituras e estudos realizados no âmbito do PEGS (Programa de Estudos em Gestão Social):

“Quanto ao par gestão estratégica e gestão social, eles significarão que o primeiro atua determinado pelo mercado, portanto, é um processo de gestão que prima pela competição, onde o outro, o concorrente, deve ser excluído e o lucro é o seu motivo. Contrariamente, a gestão social deve ser determinada pela solidariedade, portanto, é um processo de gestão que deve primar pela concordância, onde o outro deve ser incluído e a cooperação o seu motivo. Enquanto na gestão estratégica prevalece o monólogo — o indivíduo; na gestão social deve sobressair o diálogo — o coletivo que apontam que o determinismo de mercado tende a orientar as ações das organizações que atuam neste setor.” (TENÓRIO, 2008, p.2).

Na década de 1990, influenciada pela cultura americana e europeia, chega o terceiro setor ao Brasil com o desenvolvimento do capital onde é introduzida a gestão social (Landim, 1999). Apesar das diferenças destas origens, o terceiro setor acaba constituindo-se, no nosso país, em “espaço” de disseminação dos valores e práticas neoliberais (Montaño, 2002) desenvolvidas junto às organizações sociais da sociedade civil, ampliadas com a presença de fundações e empresas filantrópicas advindas do campo do mercado.

Nesta tentativa do Estado de “descentralizar” questões de natureza social para agentes sociais da sociedade civil corre o risco, na perspectiva (neo) liberal, do determinismo de mercado, em prevalecer à gestão estratégica sobre a gestão social, onde há a transformação entes públicos em



entes privados, as ações emancipatórias em compensatórias, descaracterizando-os de como foram originariamente criados - para atuar sob valores democráticos e de solidariedade humana.

Desta forma ao entendermos as políticas públicas como ação do Estado a gestão social é importante elemento na governança para atender as necessidades advindas das questões sociais, visando a ampliação da cidadania deliberativa e tornamos sujeitos dos processos e não só mais objetos. É nesse contexto que se insere a gestão social, como bem afirma Brant Carvalho (2013, p. 43):

“A Gestão Social refere-se fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; intervém na qualidade de bem estar ofertada pela nação; na cultura política impregnada no fazer social; nas prioridades inscritas na agenda pública; nos processos de tomada de decisão e implantação de políticas e programas sociais; nos processos de adesão dos sujeitos implicados. Guarda (assim) um caráter retotalizador no conjunto das variáveis, constrangimentos, oportunidades, processos e projetos políticos que dão direção e forma a gestão das ações sociais públicas”.

São inegáveis as contribuições alinhadas a essas perspectivas das ações da Gestão Social junto ao gerenciamento de projetos em instituições filantrópicas nas ações educacionais perpassa pelo chamamento à responsabilidade social para o enfrentamento às expressões das questões sociais à medida que propõem de forma revolucionária o combate às crises provocadas pelos modelos econômicos.

“... ocupar-se da gestão social contemporânea, inscrita na esfera da política social, implica em dialogar com as vertentes do pensamento social crítico no campo da construção de estratégias para o enfrentamento dos fundamentos da crise capitalista, de modo a subordinar a atividade econômica ao bem-estar social dos cidadãos e não o contrário.” (SILVA, 2007, p.53).

No campo da democracia e da cidadania, as organizações estão a serviço da construção de sujeitos sociais críticos e com capacidade de produção de mudanças nos espaços onde atuam. Nestas organizações, os desafios do núcleo gestor são: estabelecer a política da organização em horizontes de tempo distintos (longo, médio e curto prazo); zelar pela concretização destas políticas, através das práticas necessárias para a construção de novas realidades. Nestes aspectos, os responsáveis por estes desafios, utilizarão ferramentas comumente pensadas na administração, a maioria delas com influência do pensamento cartesiano.

Com base em um balanço da literatura acerca da temática da gestão social, a Assistente Social Marilene Maia (2005) afirma que:

(...) compreendemos a gestão social como um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador. É fundada nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade. Construção realizada em pactuação democrática, nos âmbitos local, nacional e mundial; entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia, com efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder. Estes referenciais apontam à práxis da gestão social, enquanto mediação para a cidadania, que se contrapõe à perspectiva instrumental e mercantil que vem sendo dada a este tema (...) o Serviço Social constitui-se em mediação importante para a afirmação da práxis da gestão social, especialmente pelo conjunto de compromissos e referenciais

ético políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos, que objetivam a afirmação dos valores da cidadania, democracia e justiça social, tanto quanto a gestão social. “Além disso, os profissionais dessa área acumulam competências e habilidades importantes no sentido de desvelar e atuar junto à realidade social e à população, que se constitui na centralidade do processo da gestão social”. (MAIA; 2005, p.16)

Sendo assim, a gestão social vem ganhando força sob um clima retórico e fático de desobrigação do Estado que vem se apresentando aqui e ali com as terceirizações, modelos híbridos ou mistos de gestão social, parcerias no intermédio de processos de privatizações. Na área da educação têm marcado por muitas décadas o processo de mercantilização e de privatização.

A educação no sistema capitalista corresponde a uma educação voltada para atender às necessidades do capital em seu processo de expansão e acumulação ampliada, a educação é posta como a causa e a solução de todos os problemas humanos.

Um dos desafios dos gestores no gerenciamento de projetos em instituições filantrópicas nas ações educacionais é priorizar o lócus da gestão social em meio às exigências da produção da riqueza onde constantemente somos postos, sob o capital, numa relação invertida: não é a produção da riqueza material que está a serviço dos homens, mas o contrário: o que se produz não é para a coletividade, mas para alguns que se tornaram historicamente proprietários dos meios de produção e de subsistência. Estes buscam, em nome de um suposto desenvolvimento econômico, decidir quais os destinos da sociedade, bem como ela deve ser organizada, como deve pensar e como deve agir.

Mészáros (2005) coloca a educação como um dos mecanismos de interiorização dos valores e das necessidades da sociedade regida sob a lógica do capital. “A necessidade de reajustar os mecanismos de interiorização é grande e está em expansão”, afirma o autor de “A teoria da alienação em Marx” (2006, p. 274). O pesquisador afirma ainda que, na sociedade capitalista, a educação tem duas funções principais: a) “a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia”; b) “a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político” (Idem, p. 275). Faz parte desses métodos de controle a elaboração de mecanismos ideológicos que buscam convencer a humanidade de que ela está no “caminho certo”, que é o caminho do desenvolvimento econômico.

Assim sendo, a gestão social na educação tem sido chamada a gerenciar um projeto educacional para além dos muitos papéis que lhe tem atribuído não só direcionado à educação como uma atividade humana que resolveria todos os problemas da humanidade mediante a promessa da redução da pobreza, viabilização dos ecos sustentabilidade e da promoção da paz no mundo.

Compreendemos assim que a práxis da gestão social na educação se faz de forma desafiadora e necessária em retomar no conjunto de seus processos o resgate das suas formas balizadoras como mediador e viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório, e transformador de práticas da democracia e da cidadania no enfrentamento das questões sociais para a garantia dos direitos humanos e universais de interesse e espaços públicos nos diversos âmbitos territoriais com a participação das esferas da sociedade civil, política e da econômica para a efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e de poder.

Em suma a Gestão Social seus conceitos e referências nas organizações filantrópicas com



atuação na área da educação devem promover no conjunto de processos sociais a pactuação com a formação, os valores e práticas da democracia e da cidadania, nos âmbitos local, nacional e mundial, entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia no do enfrentamento às expressões da questão social na educação com efetiva participação dos cidadãos na garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade em oposição à construção historicamente de cidadãos excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder. Estes referenciais como a práxis da gestão social enquanto mediação para a cidadania, que se contrapõe à perspectiva instrumental e mercantil que vem sendo desenvolvido neste tema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro atual em que a educação se encontra sob a regência do capital é imprescindível discutir a formação humana de forma ampla e profunda, pois somos determinados pela lógica do mercado entendemos que somos parte ativa do processo de construção e transformação desta realidade como instrumentos para uma educação justa e igualitária que consolide atos de conscientização de libertação, e mudança da realidade objetiva das condições desumanas.

A partir de todos os referenciais e reflexões que nos oportunizaram nesta investigação teórica em compreender a Gestão Social suas interfaces a relação e os processos propostos pelo campo da educação para o gerenciamento de projetos entre às organizações filantrópicas do Terceiro Setor.

Assim, compreendermos a gestão social como um elemento essencial um potencial viabilizador no desenvolvimento societário emancipatório e transformador a ser estudado tendo em vista o fato de que neste tempo presente foram muitos os papéis atribuídos à educação onde tem sido chamada, a cumprir o papel basilar, de construir o homem livre e pleno.

Consideramos a gestão social como fonte primária no trabalho junto às organizações filantrópicas, pois fundada em valores e práticas de promoção social na garantia dos direitos humanos universais formação da democracia e da cidadania no enfrentamento das expressões das questões sociais vem promovendo a participação efetiva dos cidadãos de direito e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade.

Deste modo compreendemos de forma ampla e global em suma importância a gestão social na construção do processo educacional para além do capital de forma interdisciplinar como mais um elemento de construção criativa atual na perspectiva de garantia dos direitos essenciais na promoção ativa do desenvolvimento humano possibilitando de forma estratégica uma mudança da realidade objetivando transformação no panorama educativo mediante as necessidades que vão sendo construídas e mudadas ao longo da sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarado, M.S; Vásquez, M.S.O Terceiro Setor: A Responsabilidade Social, Uma Resposta Ante A Crises Do Capitalismo (A experiência costarrriquenha). JOINGG – Jornada Internacional De Estudos E Pesquisas Em Antonio Gramsci VII

70 | GESTÃO SOCIAL – INTERFACES E REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVAS (OSFL)

JOREGG – Jornada Regional De Estudos E Pesquisas Em Antonio Gramsci Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, NOV.2016, ISSN 2526-6950.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A Educação Como Política Pública. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

BRANT CARVALHO, M. C. Gestão social: alguns apontamentos para debate. RICO, E. M.; RAICHELIS, R. Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC, IEE-PUCSP, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão Social – uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999, p. 19-29.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. 4. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2001.

Cury, C. R. J. (2010). REPÚBLICA - EDUCAÇÃO - CIDADANIA: TENSÕES E CONFLITOS. Cadernos De História Da Educação, 9(1). Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/7450>

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão : introdução a uma agenda. In: . (Org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002b. p. 12-32.

GOHN, Maria da Glória. Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, Vozes, 2000. **Citado in:** CARVALHO, Denise Gomide. Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000): construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas / Denise Gomide Carvalho. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP: [s.n.], 2002, p. 44.

LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. In: O social em questão. Enfrentamento da questão social. Rio de Janeiro: PPG-PUCRIO, n. 4, segundo semestre de 1999. p. 61-98.

MAIA, M. Gestão social:- reconhecendo e construindo referenciais. Revista Virtual Textos & Contextos, Porto Alegre, n. 4, dez. 2005.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política (V.1). Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. – 8ed. – São Paulo, Cortez, 2004. p. 20,p.21;

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, J. da S.; RIBEIRO, J. C. de O. A.; CASTRO NETA, A. A. NUNES, C. P. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. RPD, Uberaba-MG, v.19, n.40, p.01-17, jan./abr. 2019, ISSN 1519- 0919.

MONTAÑO, Carlos. . Terceiro setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

Portaria Normativa nº 15/2017, de 11 de agosto de 2017.

RODRIGUES, D. V. O “ajuste” neoliberal e a precarização do trabalho docente no governo José Serra em São Paulo. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Org.). Gestão social: uma questão em debate. São Paulo: EDUC, 1999.

SINGER, Paul. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). Gestão Social – uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999, p. 55-66.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). Rev. Adm. Pública, v.40, n.6, dez., 2006.



_____. (Org.). Gestão social: metodologia e casos. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

_____. (Org.). Cidadania e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007b, 632p.

_____. A trajetória do programa de estudos em gestão social (PEGS). In SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008c.

_____. Gestão Social: uma réplica. In RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF, 2010.

_____.; SARAIVA, H. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. 2 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 340p.